

Pensada Lei, Pensada Malícia - a propósito das avaliações “de desempenho” aos docentes

Paulo Ferreira da Cunha

Catedrático da Universidade do Porto – lusofilias@gmail.com

Resumo: Há um generalizado desconhecimento sobre o que faz e o que deve fazer um docente e investigador universitário. Criam-se assim perigosos mitos sobre como os docentes deveriam ser avaliados, sem atenção à especificidade do seu labor, e com a criação de profundas injustiças. Teme-se que tais sistemas, a serem postos em prática, desincentivem os professores, consumam infinito tempo burocratizado que deveria ser usado em ensino e investigação, inquinem o ambiente criando inimizades letais, e acabem em longos processos judiciais. No presente artigo procura-se dignosticar os mitos de critérios subjectivos e arbitrários de avaliação, propondo uma avaliação decerto imperfeita, mas objectiva, que permita a cada docente o desenvolvimento da sua carreira e resulte em cooperação e não guerra de todos contra todos.

Palavras Chave: Avaliação. Educação. Universidade. Recursos Humanos.

Abstract: There is a widespread ignorance about what does and what it should do a university professor, lecturer or researcher. This will create dangerous myths about how teachers should be evaluated, because paying no attention to the nature of their labor, and resulting on the creation of deep injustice. It is feared that such systems to be implemented result in infinite time-consuming bureaucratic. Precious time that should be used in teaching and research. That may also pollute the environment by creating lethal enemies among teaching people, ending up in lengthy legal proceedings. This article seeks to make a diagnosis of myths of arbitrary and subjective criteria for evaluation, proposing the general basis of a system, certainly imperfect, but objective, allowing each teacher to develop his / her career, and result in cooperation, not war of all against all.

Keywords: Performance evaluation of teaching staff. Education. University. Human Resources.

Aos nossos “Amis, *bien que collègues*”,
como já se diz no mundo francófono, e não quereríamos traduzir
numa universidade de competição feroz e injusta.

I. Metodologia

Este estudo não se baseia em bibliografia adequada, nem se apoia em estatísticas, nem estudos de campo, validados e verificados. Não é *educativamente correcto* e, como facilmente se verá, nem sequer é escrito em “*eduquês*”. É outrossim, e apenas, fruto em escrita apressada (as avaliações de centenas e centenas de estudantes em curso, em todos os ciclos, não dão tempo para mais – mesmo já quase não se dormindo e já se tendo prescindido há muito de viver) de observação participante durante já bastantes anos de experiência em dedicação nem sempre legalmente “*exclusiva*”, mas na verdade total, vivencial, à Universidade. Escrita apressada, mas ideias de há muito amadurecendo e tornando-se-nos muito perigosamente claras. Claríssimas.

A sua única vantagem será esta: falar livremente, coisa que pode vir a não ser possível a breve trecho para muitos, por medo das novas avaliações (porque avaliações sempre as houve), que apressadamente e sem tempo para ouvir os interessados (nem para eles ponderarem) se estão a preparar. Sinal então de que não

temos medo? Não. Sinal de que o temos, sem dúvida, mas convicto de que, no nosso caso, continua a não valer a pena fingir... Não somos capazes. Porque a Universidade se nos tornou segunda natureza... e não poderíamos mentir, calar, nem afivelar uma máscara para salvar um emprego (ou uma nota), sacrificando a dignidade. Porque, segundo uma velha tradição, um doutor é uma testemunha da verdade... Do que ele pensa ser a verdade. E disso deve dar testemunho.

II. Dos Avaliadores

Temos dito, e repetimos. Nisto de critérios de avaliação, todos, de todo o tipo, e sobretudo na Universidade, o problema é, antes de mais: *quem guarda os guardas?* Como podem colegas julgar colegas, com imparcialidade? E como podem os estudantes, que são inegavelmente parte interessada (e por vezes magoada, a clamar vingança por se crerem injustiçados, ou, pelo contrário, com simpatia por terem sido bafejados pela “sorte”), julgar com conhecimento, competência e imparcialidade? Para mais, muitas vezes, utilizando inquéritos complexos, nem sempre objectivos, e a que podem responder tanto assíduos como faltosos, quer com aproveitamento quer sem ele, etc., etc.

Uma das soluções cogitáveis para impedir que os alunos premiassem professores laxistas e punissem docentes rigoristas seria que respondessem aos inquéritos num período entre o fim das aulas (só se pode avaliar no fim) e o início dos exames. Contudo, como hoje em dia, potenciado por “Bolonha” ou o seu pretexto, proliferam avaliações contínuas ou periódicas, nem essa medida de precaução seria, em muitos casos, passível de aplicação. Contudo, onde seja possível e útil fazê-lo, deveria ser posta em prática. E mesmo assim as fomas dos professores junto de colegas de outros anos podem contaminar as avaliações dos estudantes...

III. Dos Critérios de Avaliação

Pode pensar-se que a solução para a obtenção da objectividade está em que os avaliadores sejam muito estritamente vinculados por normas rígidas e minuciosas. Nunca pior erro. Quanto mais complexa e pormenorizados forem os critérios, mais possibilidades de fuga e de manipulação. Sobretudo se se tratar de critérios que exigem aos docentes mais *habilidades*, ditas “competências”... na verdade, distraíndo-os das suas evidentes e elementares funções – ensinar e investigar. Sempre um docente que desagrade pessoalmente ao avaliador terá um currículo com um (naturalmente vários) calcanhars de Aquiles, que servirão para, agigantados, se dizer que ele nada vale. Sempre um docente que se quer beneficiar terá esta ou aquela virtude para, agigantada também, se dizer que é um génio...

O emérito Professor Doutor Jean Lauand, da Universidade de São Paulo, em lição magnífica, já pôs o dedo na ferida quanto a muitos paradoxos das avaliações, sobretudo de trabalhos em revistas, lembrando a corrente anedota de que nem Deus estaria bem colocado segundo os critérios formalistas “eduqueses”¹.

Ao definirem grelhas de critérios, as entidades por tal responsáveis têm, normalmente, duas tendências contrárias: ou se enquistam num modelo ideal muito concreto de professor / investigador, normalmente decalcado num tipo de carreira concreto, de uma área concreta (não se imagina os preconceitos que há em cada área!); ou então procuram uma abrangência enorme, procurando fazer caber nos critérios tudo o que os professores / investigadores, de todas as áreas de que tenham conhecimento podem fazer.

¹ Uma trajetória de pesquisas: circunstância e vocação: <http://www.hottopos.com/notand20/jean.pdf>

Em ambos os casos, os critérios resultantes são empobrecidos e podem resultar em muito grandes injustiças, mesmo arbitrariedades.

Evidentemente que avaliar um músico por patentes, um economista por exposições, um escultor por concertos, ou coisas menos evidentemente descabidas, mas quase (por exemplo: a mania do apoio à comunidade ou dos serviços é muito frequente – mas há áreas em que a comunidade confia nos serviços universitários e outras em que prefere os serviços públicos ou privados não universitários), é muito errado e produz necessariamente prémio para actividades marginais e castigo para quem trabalha na sua área, no *mainstream* da sua área.

Já se sabe que nem todos podem ter patentes, nem todos podem ter apoio ou serviços à comunidade, nem todos, mesmo, devem ter trabalho de gestão, e não está provado que todos devam ser obrigados a fazer programas televisivos, ou a elaborar manuais, ou sequer que devam ter popularidade junto dos estudantes. Este último ponto é relevante, e perigosa a condescendência com mitos a caminho de se tornarem imperantes, por receio que se presuma logo impopularidade, melhor, anti-pedagogia. Mas a verdade é que nos inquéritos pedagógicos os interessandos e visados, os docentes, deveriam ter participação, e tudo deveria ser muito bem ponderado. Há inquéritos em que coisas objectivas passam a ser avaliadas subjectivamente (como quando se pergunta pela assiduidade dos docentes), e outros inquéritos que valorizam (presume-se) factores psicológicos do docente que podem até desagradar aos discentes (como quando se pergunta se os docentes dão as aulas “com entusiasmo”: saltam e riem de contentamento na pista, perdão, no “estrado”?). É um poder excessivo dar a apenas alguns a elaboração desses inquéritos, e mesmo transferir isso para “especialistas” é muito perigoso, porque todos, todos mesmo, transportam consigo os conceitos e preconceitos da sua própria área, o que não deixa de ocorrer com os “especialistas” em causa. E quem seriam os “especialistas” para fazer os inquéritos? Pedagogos ou pedagogistas, psicólogos, especialistas de recursos humanos, sociólogos? E porque não economistas, juristas, ou outros? Cada grupo poderia apresentar magníficas razões em abono da sua melhor capacidade para julgar quem deva ser bom professor...

Mas nem só é errado avaliar com base em preconceitos sobre o que deveriam todos fazer. O erro simétrico é não privilegiar um grupo de competências e actividades mais próprio de uma área - normalmente as privilegiadas são as científicas puras e duras, ou, no máximo, as de consequências económicas e tecnológicas, com claro prejuízo das ciências sociais não económicas, das letras e do direito e afins, só contando muitas vezes nas artes (plásticas, dramáticas, musicais) o que tem visibilidade pública e económica. Assim, o erro será então colocar tudo, todos os itens que ocorrerem – obrigando os docentes / investigadores a uma dispersão de actividades que fará que só muito raros espíritos de grande flexibilidade (e sorte) possam ter cotação em todos os itens, ou mesmo numa boa parte deles. O que tornará a avaliação infernal se for anual...

Acresce um factor psicológico nacional que já se poderá certamente detectar pelos inquéritos de popularidade dos professores preenchidos pelos estudantes. Tem sido reconhecido pelos diversos investigadores do espírito nacional (desde logo pelos mais intuitivos, como Teixeira de Pascoaes, na sua *Arte de ser Português*), que somos individualistas, invejosos, avessos a reconhecer genialidade e até talento nos outros. Se nada temos contra o nosso vizinho, no máximo estaremos dispostos a colocá-lo na mediania. Há assim inquéritos pedagógicos em que professores comprovadamente com “zero” faltas são avaliados como médios na assiduidade. A pulverização de alíneas avaliativas pode redundar, mesmo sem malquerença do avaliador, num condescendente “médio” para a maioria esmagadora dos tópicos a considerar,

desequilibrada para o negativo por algum factor menos bom no currículo (que qualquer um pode ter, e que sobressairá, então), e pela diluição de um ou outro factor claramente muito positivo. Um Jorge Dias, por exemplo, também tem contributos antropológicos a considerar, designadamente quanto ao formalismo dos burocratas, incapazes do rasgo de decisão. Ora, se os avaliadores tiverem esse espírito, só se atreverão a reconhecer como grandes professores ou investigadores os legitimados pelo oráculo da nossa sociedade, a televisão. Pelo que se cuide quem não aparecer no pequeno écran. E é óbvio que este pode transformar qualquer figura obscura e mediana em génio... Veja-se, apenas por exemplo (e para falar apenas de falecidos), esse génio da ciência jurídica que foi o Prof. Orlando de Carvalho, ainda hoje injustamente pouco conhecido fora de Coimbra, em grande medida (e ele sabia disso) porque apareceu pouco na televisão. E o mesmo sucedeu e sucede com tantos outros, que precisamente desconhecemos por não serem da nossa área e não nos estarem próximos... A nossa imagem da qualidade está muito deformada pelas reputações. Mesmo de instituições. Professores discretos, de áreas não aplicadas à indústria, ao espectáculo, à cura de doenças, ou à política têm poucas hipóteses de ser reconhecidos. E um não especialista, ainda que universitário, faz figura de leigo ao citar o que considera serem as sumidades de outras áreas: pensa, normalmente, pelo que os *media* lhe trazem. Com isto não raramente é desprezado pelos especialistas, que nem sempre vão à missa das glórias mediáticas. Um dia, um professor da Sorbonne feriu-nos de um olhar fulminante quando lhe citamos, confessamos com alguma admiração, um desses autores “da berra” da sua área, que ele tinha por muito mediano.

IV. Da falibilidade da avaliação e das garantias do avaliado

Avaliar professores / investigadores é pior, mais complexo, que pesar oiro. Muito mais delicado. E não se tem balança de Minerva que o faça. O risco é o nariz do colega desagradar e, com base numa muito complexa tabela, sempre encontrar forma de o penalizar, privilegiando o amigo. *Pensada lei, pensada malícia* – já diziam os antigos. Pensamos que, quanto mais complexa for a grelha, mais fácil será subverter o valor e a qualidade real e julgar *pro domo*.

Deve partir-se de um princípio garantístico de *desconfiança ante a avaliação*. Devem criar-se mecanismos de recurso da mesma, para entidades o mais distantes possível dos avaliadores. Devem criar-se formas de assegurar que a avaliação seja feita por pessoas competentes e da concreta área específica dos avaliados, e com posição hierárquica superior, além de insuspeitos de favoritismo, relativamente a qualquer dos competidores. Porque de competição se trata. E feroz. E mesmo entre um génio consagrado e um novato em ascensão há competição...

Na sua primeira avaliação, pelo menos, cada docente deveria poder apresentar, se quisesse, um texto sem limite de páginas, em que expusesse o seu perfil, em que comentasse a sua própria carreira, em que justificasse a classificação a que se julgasse com direito. E esse texto, com o currículo, serviria de uma avaliação contraditória pública, caso não houvesse coincidência entre a nota esperada e a atribuída. A avaliação não pode ser retroactiva, mas deve ter-se em conta que o professor / investigador não começou a existir no momento em que é introduzida. O seu currículo prévio deve garantir-lhe um lugar na *pole position*.

V. Dos falsos critérios avaliadores e de alguns antídotos

Cremos, quanto ao estabelecimento de uma tabela ou grelha em concreto que ela teria que ser estabelecida para cada sub-área do conhecimento (não bastará certamente a área em geral, mas, tendencialmente ao menos, por disciplinas... Um

juslaboralista não pode certamente julgar bem um especialista em direito marítimo; provavelmente um especialista em *marketing* não julgará de forma conveniente um contabilista; um helenista não poderá ser juiz de um germanista; um medievalista não poderá pesar bem o trabalho de um arqueólogo da pré-história, um fitólogo não será capaz de avaliar bem um entomologista, um cardiologista um psiquiatra, etc.).

Por outro lado, é perigoso fiarmo-nos no critério da publicação em revistas. Por muito que custe ao educativamente correcto, certo é que - embora se cale, antes de mais pelo complexo de se sacrificar aos deuses da hora - pelo menos em áreas em que as bibliografias falam muito eloquentemente da orientação metodológica e até ideológica, como as de letras, humanidades, economia, direito, etc., mesmo com *blind referees* pode haver escolhas e recusas por afinidades mais ou menos electivas que não são científicas. É absolutamente humano.

Mais ainda: há escolhas com preconceitos por áreas culturais, e que poderão até prejudicar muito a investigação. Se só contam revistas de ambiente anglófono, que poderão fazer, por exemplo, a filosofia continental, as culturas e literaturas não anglófonas, e os direitos nacionais? Os juristas não podem, em regra, escrever em inglês e publicar em revistas estrangeiras artigos sobre direito português. Ninguém no estrangeiro (e sobretudo nos países anglófonos) quer saber de um direito de um país pequeno, e contudo parece que tal tem interesse para o País, ou não terá? Irão os juristas portugueses passar só a falar de questões internacionais ou de direito comparado na perspectiva que interesse às revistas (e são raras, em algumas áreas, como o direito em geral) que contam? Que enorme perversidade e deformação para a investigação, e que perda para o País.

Do mesmo modo, os convites para júris dependem de se estar ou não “no circuito”. Não é normalmente bom ter reprovado em júris para que se foi convidado, ou não ter dado a nota que a maioria dos anfitriões deu. Quem irá voltar a convidar um desmancha-prazeres? A não ser que seja precisamente necessário por ser tido por rigorista... - dirão, maliciosamente, alguns.

Idêntico processo ocorre com o rol das citações que alguém tenha da sua obra por outros colegas. Quem irá citar quem não citou previamente? Quem irá citar quem não ofereceu - e com bela dedicatória - os seus trabalhos (e para isso terá que fazer edições à sua custa, porque as revistas cada vez fazem menos separatas, e os editores cada vez oferecem menos livros aos autores)? Logo, a selecção, em muitos casos, é económica. Quem puder investir economicamente na sua carreira, terá melhores resultados.

Nesta mesma linha, estão as idas a júris de doutoramento no estrangeiro (não pagas, em geral, pela universidade portuguesa, nem pelos anfitriões), assim como a ida a júris de mestrado no país, para os quais já muitas casas não pagam nada. Além das idas a congressos, em que também em muitos casos a despesa tem de ser suportada do bolso de quem vai - trabalhar.

Neste capítulo, é óbvio que quem tiver recursos para adquirir livros e outros materiais fica à frente de quem dependa dos meios das escolas respectivas.

Não é apenas a agricultura a arte de empobrecer. Mas nessa empobrece-se, diz o provérbio, “alegremente”. Fica-se com a sensação que a Universidade seria um ótimo lugar para alguém com fortuna investir (na carreira), além de trabalhar... Empobrecimento contudo menos alegre, o nosso.

Sintetizando: não se pode avaliar excessivamente coisas que dependem não tanto da qualidade intrínseca, mas da popularidade (inquéritos dos alunos) ou da rede de contactos e simpatias (júris, publicações em revistas, citações), ou mesmo dos recursos materiais (idas a júris, a congressos, etc.). E não se deve contabilizar

excessivamente o que depende de vocação não docente ou de investigação, como é a gestão académica em todas as suas vertentes. A não ser que o docente tenha optado por ser sobretudo gestor.

O critério do número de teses, por exemplo, é outro item artificial e altamente falível. Há escolas em que há poucas teses, e há outras em que são multidão. Há mesmo casas que recusam teses e outras que não. Há critérios de qualidade que levam docentes a recusarem orientações, e poderá haver demagogia na aceitação de tudo o que vier à rede, e pior: pode haver (e diz-se que já vai havendo) formas de alguns se insinuarem e posicionarem como grandes monopolistas ou oligopolistas das teses. Pior ainda: pode passar a haver aprovações e classificações altas em mestrados e doutoramentos apenas para servir os interesses avaliativos dos docentes. E os candidatos serem beneficiados aparentemente, como meros objectos de um jogo alheio. E a prazo as classificações e as aprovações passarão a nada valer. A má moeda expulsará sempre a boa, o mau diploma o meritório.

Em certos casos, orientar teses em demasia (pensamos – nas áreas que conhecemos - que mais que 6 ou 7 por ano é desastroso para a necessária assistência: o dia tem 24 horas, e tem que se fazer muito mais coisas além dessas orientações) pode ser sinal negativo, e não positivo. Cremos que se poderia encontrar um limite mínimo (seguir umas duas teses por ano parece razoável: e não se pense que uma tese de mestrado, mesmo “bolonhesa” dá menos trabalho a orientar que uma tese de doutoramento – por vezes, dada a apresentação precoce das mesmas, dá mais trabalho ao orientador), mas não bonificar ninguém para além da meia dúzia de teses por ano. Será que se pretende realmente qualidade ou apenas um critério de industrialização?

VI. Do Direito à Autoconformação do Currículo

Cremos, assim, que a melhor solução seria que cada docente / investigador definisse previamente o seu próprio perfil, dentro de uma meia dúzia de tipos (professor-pedagogo, professor-investigador, professor-gestor, professor-de *interface* com a comunidade, e considerando tipos mistos também), sendo que qualquer dos tipos em causa poderia ter o máximo da avaliação, com critérios obviamente diferenciados.

Assim, não se iria penalizar um professor pedagogo por ter pouca investigação. Definido um mínimo (porque todos têm que investigar), o que se avaliaria, isso sim, seria a sua capacidade de dar boas aulas e de fazer boa divulgação... Já o professor gestor não seria incomodado por ser menos pedagogo, ou por não fazer tanta investigação. Teria também que ter mínimos (senão seria só gestor). Mas o que interessaria seria a avaliação do seu desempenho administrativo (aí sim, por inquérito secreto a docentes, funcionários e estudantes, combinado, quando fosse o caso, com informação do seu superior hierárquico). Para se mandar é preciso muito mais do que para se ensinar ou pesquisar.

No caso do professor investigador o que mais contaria seria a publicação de livros, ou registo de patentes, ou outra forma adequada à sua área. Com o maior cuidado para não se beneficiar um bafejado pela sorte política ou por ter um círculo alargado de relações. Os editores não costumam querer perder dinheiro – esse costuma ser um bom critério (até de impacto, pela aquisição dos livros; reedições seriam bom sinal). Não contariam, pois, as edições de autor, salvo casos excepcionais. E deveria haver cuidado com as edições institucionais das próprias universidades, onde pode haver a suspeita de endogamia na selecção dos publicados.

VII. Do Direito à Avaliação Temporalmente Coerente e Holística

Há sempre casos excepcionais. A avaliação deveria ser feita com tempo. O ideal seria que fosse feita de três em três anos – ou até mais: num ano vê-se pouco o fruto do trabalho de longo curso do ensino, da investigação e até da gestão e do apoio à comunidade. A imposição da avaliação anual significará a morte da investigação séria, de fôlego, que implica obviamente muito mais que um ano para ter resultados. Findo cada triénio, a avaliação teria como base um muito breve relatório de cada um para tal efeito, e à nota dada poderia haver réplica – como afluímos já. E, evidentemente, o ónus de não dar nota máxima seria dos avaliadores, que a cada um deveriam apontar as deficiências curriculares, as quais poderiam ser rebatidas na réplica, a apreciar por um órgão de recurso. Avaliação deve ser (não é isso que se diz para a avaliação dos estudantes?) pedagógica (construtiva) e não contribuir para frustrar os avaliados, mas para os incentivar. De há muito que reivindicamos para os docentes ao menos os mesmos direitos dos estudantes.

Compreende-se que nos repliquem que estamos a “burocratizar” a avaliação. Estamos, pelo contrário, a tentar ainda salvar as garantias de dignidade e justiça, porque, a não ser assim, será o “meia-bola-e-força” de quem detenha o poder, com perversões terríveis, que levarão a quebra da coluna vertebral de muitos, rasteiras aos colegas, um inferno ainda maior de expedientes para agradar aos novos senhores da universidade – os avaliadores todo-poderosos. Depois dos directores todo-poderosos, os avaliadores todo-poderosos. Transformando qualitativamente a universidade noutra coisa.

Sobretudo não seria permitido que se objectassem minudências. A avaliação tem como suporte tópicos, mas deve ser holística (embora baseada nesses tópicos): é sobre uma Pessoa, normalmente uma Pessoa que sacrifica a sua vida à Universidade, e que não pode estar dependente do capricho do avaliador. O qual, no limite, pode ser até um concorrente seu... e julgar, afinal, em causa própria.

Se num ano o professor não publicou nada, tem de ser ver o seu historial. Pode ser que esteja a preparar obra que não leve apenas um ano a realizar. Pode ser que tenha tido demasiadas aulas, excessivos alunos, superabundantes exames e teses a apreciar. Se há dez anos que não regista uma patente, será que se tem de entender que é uma nulidade? Haverá sempre inspiração para um músico criar novas peças todos os anos? E um professor de desporto, com mais idade, terá de bater os records olímpicos à beira da reforma? Há factores imensos a ter em consideração. Não se vai pedir a um recém-admitido o mesmo que se pede a alguém no auge da carreira (e esse auge é diverso para as várias pessoas)... Devem, assim, estabelecer-se factores de correcção plurianual e de compensação entre critérios. Com o maior cuidado.

Outra questão não pouco importante, em certas áreas, é a relevância do exercício de funções políticas, públicas, ou de actividades induzidas por essas funções. Já é escandaloso, face aos professores de carreira, que nos *media* e até em algumas publicações não dedicadas ao grande público, alguns políticos ou afins se apresentem como *professores* universitários (e na verdade, não só eles), sem terem os requisitos para o serem (desde logo, no mínimo, doutoramento), com base em darem aulas em universidades. Mais escandaloso seria se contassem como grandes elementos curriculares trabalhos feitos no âmbito de funções políticas, ou encomendados em grande medida por causa delas, ou de relações com grupos económicos ou afins. Como pode um honesto mas obscuro professor competir com quem tenha exercido grandes cargos, apareça frequentemente na televisão, ou tenha conhecimentos em grandes grupos económicos? David contra Golias...

VIII. Avaliando os avaliadores...

É preciso avaliar com inteligência e com flexibilidade, mas sem arbitrariedade e acepção de pessoas. Quem descobrir a cura para a SIDA ou o câncer está desculpado de ter mau génio e de os alunos não gostarem dele ou dela. Quem escrever o romance do século pode nunca ter pertencido a nenhum órgão de gestão. Quem gere uma Faculdade com *superavit* (mas sem avareza) pode, por exemplo, não escrever senão um artigo de dois em dois anos, ou expor um quadro de três em três. Quem é adorado pelos alunos como grande comunicador pode não voltar a descobrir a pólvora.

E o que habilita alguém a ser avaliador? Avaliadores nomeados por directores? Com que critérios? E que farão, além de avaliarem, os avaliadores? Avaliar não é fácil, requer muito tempo de acompanhamento dos avaliados – que compensação terão nas suas cargas horárias, e na sua própria avaliação (porque se presume que alguns avaliadores, pelo menos, serão também avaliados)? E se avaliarem mal, severá tal ter consequências (e graves) na sua avaliação – presume-se. E tudo pode acabar em tribunal – espera-se que possa. Embora se desejasse que não ocorresse. Mas hoje nem queremos falar dos enormes problemas jurídicos, de todo o género, que este tema pode levantar.

Os efeitos de uma avaliação babélica, indecifrável, nas mãos de avaliadores não sindicáveis e todo-poderosos, para mais se nem sequer dominando as especialidades de quem avaliam, pode ter dois efeitos contraditórios mas ambos muito perversos, precisamente o contrário do que a Universidade necessita.

Por um lado, uma avaliação assim, aparentemente detalhista mas na verdade cega, pode induzir a um dinamismo perverso, a um verdadeiro frenesim dementador, prejudicial porque a Universidade precisa de calma, de tempo, de maturação, de ponderação, e mesmo de *ocio*. Mais: a Universidade tem de ter a noção dos seus limites – ela não é tudo na vida. E há o risco de, sob a espada de Dâmocles da avaliação, alguns docentes, quiçá muitos docentes, que já pouca vida própria possuem, sacrificarem no altar da instituição a pouca autonomia e individualidade que lhes resta. A taxa de divórcios dos universitários disparará, e a da natalidade afundar-se-á num abismo tendente para zero. E era necessário que os universitários, para serem bons professores, mas também para serem bons investigadores, tivessem vida pessoal, familiar, cívica, etc.

Por outro lado, e como reacção contrária a esta, é também possível uma resposta abúlica, de quietismo face ao choque provocado por tanta coisa ser exigida (e em tão pouco tempo: entre um a três anos no máximo...). Já que o indefeso professor é bombardeado com tantos alegados exemplos de “génios”, capazes de tamanhas proezas, e ele sabe que se mata a trabalhar e não consegue nada ou quase nada do que dizem que eles conseguem, já que há tantas formas de o crucificar com anti-pedagogo, mau investigador, nulidade na gestão, etc., etc., alguns docentes poderão parar, e quedar-se (já cansados antes de competirem) pelos mínimos – que em muitos casos já são demasiado. E o curioso, o paradoxal, é que talvez nem venham a ser penalizados, porque quando a confusão e o arbítrio reinam, é a sorte cega que escolhe, e podem até vir a ter sorte alguns. Se tiverem inimigos avaliadores, é claro que não haverá sorte que lhes valha... A menos que as regras do jogo os defendam.

Haja, pois, avaliadores com bom senso, sentido de justiça e capacidade para aplicar critérios muito vastos, equilibrados, dúcteis. Quanto mais e mais complexos critérios se impuserem, mais avaliadores virão desculpar-se dizendo que tinham as mãos atadas e deram as notas que não queriam. E mais professores injustiçados virão dizer que foram preteridos pelo colega ao lado, por causa dos seus lindos olhos...

IX. Por uma Avaliação Objectiva

Atendendo a que se tem legalmente que avaliar o desempenho docente universitário, e não foram criados mecanismos já para acautelar a especificidade do seu caso, cremos que a única solução de algum rigor será a de estabelecer um sistema de pontos, em que seja garantido a cada docente o direito à autoconformação do seu currículo, apontando-se para uma pontuação máxima equivalente à classificação máxima de acordo com perfis mentalmente sãos de professores e não alcoólicos do trabalho.

Por exemplo, um professor que, em três anos, esteja sempre a orientar uma média de duas teses (mas não mais de sete), escreva um livro de 200 páginas ou meia-dúzia de artigos de 20 páginas, vá a seis congressos, nos quais ou fora deles faça três conferências, dê aulas de pelo menos duas cadeiras semestrais por ano cumprindo a carga horária mínima, sem reclamações pedagógicas dos estudantes julgadas disciplinarmente procedentes já não será um professor com grande mérito? Se em vez de algumas coisas destas fizer trabalho à comunidade, ou gestão, os pontos aí ganhos compensarão os perdidos nestas funções digamos “normais”... Evidentemente que em certas áreas falar-se-á de exposições, de concertos, de patentes...

Acima da pontuação considerada máxima, não se contariam mais os pontos. Por exemplo, sendo 250 o máximo, quem, tudo contabilizado, por ser um génio ou um mártir, tivesse acaso 300 ou 350, ficaria igualmente com 250, até como incentivo a que procurasse em mais ócio a inspiração para melhor prestação, em ensino e investigação, que precisam de docentes com vida além da universidade. Não seria por completo uma ironia defender-se que os docentes e investigadores que manifestamente trabalhassem em excesso (para além dos 350 pontos, por exemplo) deveriam ter penalização: contando cada ponto a mais como dois ou três pontos a menos, descontados aos 250.

Avaliar é muito importante, porque seria uma forma de introduzir mais justiça na Universidade. Mas só se for mesmo para introduzir justiça. E, como dizia Santo Agostinho, só é possível haver justiça com pessoas justas. Tememos que a nossa sociedade e a nossa Universidade, cada vez mais egoístas e competitivas, cada vez mais amorais, não tenham ainda aprendido o necessário distanciamento e imparcialidade.

Recebido para publicação em 10-04-10; aceito em 01-07-10